



Diário Oficial

Termo de compromisso implementa cadeia produtiva da agropecuária no Estado

O Ministério Público Federal, Estado do Pará, Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

do Estado do Pará (FETAGRI) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAFI) firmam termo de compromisso cujo objetivo é acelerar a adoção de políticas

públicas que vem buscando implementar para a modernização da cadeia produtiva da agropecuária no Estado, com vistas a garantir sua sustentabilidade. *(Cad. 1 - Pág. 7)*

Qualificação profissional

A Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), Universidade Federal do Pará (UFPA), e como interveniente administrativa a Fundação de Amparo ao Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) assinam contratos objetivando complementar a prestação de serviços de formação em nível de qualificação profissional dos professores do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM urbano/ Pólo prisional. A vigência dos contratos se estende até março de 2011. *(Cad. 3 - Pág. 8)*

COHAB viabiliza a construção de 291 unidades habitacionais

A Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) e Consórcio Fazenda Bandeira assina contrato para execução de obras de implantação de infraestrutura urbana e construção

de 291 unidades habitacionais, na Comunidade Fazenda Bandeira, em Marabá. A vigência do contrato ocorrerá no período de 09 de julho de 2009 a 08 de janeiro de 2011. *(Cad. 2 - Pág. 3)*

MP recomenda a criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano Municipal

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio de seus promotores de Justiça do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém recomenda ao Município de Belém, na pessoa do senhor prefeito municipal, a criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano em âmbito municipal, por tratar-se de mecanismo institucionalizado no seio da administração pública, previsto no Estatuto da Cidade, e que tem por objetivo formular e acompanhar as ações políti-

cas para o desenvolvimento do município. O Ministério Público também recomenda que as licenças urbanísticas sejam concedidas após pronunciamento do órgão ambiental responsável pela concessão da licença ambiental, de forma a prevenir e evitar formas inadequadas de utilização do espaço urbano, bem como impedir o uso e ocupação do solo urbano, em confronto com as diretrizes das políticas urbana e ambiental. *(Cad. 6 - Pág. 5)*

A História no Diário Oficial

CATTETE PINHEIRO (XV)

Ainda sobre a Lei 1.257/1956, que alterava dispositivo do Estatuto dos Funcionários do Estado.

O art. 159 do Estatuto tratava da aposentadoria: Compulsoriamente ao completar 70 anos de idade; A pedido, quando contar 30 anos de exercício efetivo ou completar 65 anos de idade, tratando-se de funcionário ocupante de cargo efetivo no magistério primário, secundário ou superior. Com a alteração, o art. 159 ficaria apenas: A pedido, quando contar 30 anos de exercício efetivo; Por invalidez ou incapacidade definitiva para a função pública.

Após esse item foram acrescentados dois parágrafos: 1º - Tratando-se de funcionário ocupante de cargo efetivo no magistério primário, secundário ou superior, a aposentadoria também será concedida, a pedido, ao completar 65 anos de idade; 2º - Só será aposentado o funcionário por invalidez, depois de esgotado o prazo de 2 anos de licença para tratamento de saúde, salvo quando o laudo médico concluir pela incapacidade definitiva para o serviço.

Pesca no Pará

A Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura e a Cooperativa Mista de Pescadores Artesanais do Estado assinam convênio que tem como objetivo apoiar a realização do Encontro do Movimento de Pescadores e Pescadoras do Pará, com o tema: "O Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Pará." *(Cad. 6 - Pág. 5)*